



1

AS CIDADES PORTUÁRIAS DO RECÔNCAVO BAIANO: PAISAGEM CULTURAL E PATRIMÔNIO EDIFICADO

Prof. Dr. Luís Cláudio Requião da Silva
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
luisrequiao6@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo trata da dimensão urbana do patrimônio e situa-se no âmbito da Geografia Histórica Urbana com a emergência de uma narrativa espacial regional a partir da análise da paisagem cultural e urbana de sete cidades históricas portuárias do Recôncavo Baiano, região situada no entorno da Baía de Todos os Santos, estado da Bahia, Brasil. Neste sentido, afirmamos que existiu uma produção simultânea dos territórios urbanos no processo de organização espacial das cidades de Jaguaripe, Cachoeira, São Francisco do Conde, Maragogipe, Santo Amaro, Nazaré e São Felix, detectado pela similaridade de padrões estéticos e estruturais de seus conjuntos arquitetônicos e urbanísticos e pela concomitância temporal na ereção dos mesmos, materializadas no patrimônio urbano, culminando no que denominamos de narrativa espacial regional. Busca a compreensão dessa narrativa, foco do trabalho, nas escalas local e regional, articulada à socioeconomia, à história e à produção do urbano. O patrimônio edificado é reconhecido como elemento principal que caracteriza a cultural de natureza material, cuja expressão simbólica é multiescalar (local e regional) e se expressa na paisagem cultural/urbana das referidas cidades. Todas elas, atualmente, com menos de cem mil habitantes. O objetivo final é propor a salvaguarda da região do Recôncavo Baiano, através da indicação para obtenção do título de “Paisagem Cultural da Humanidade”, tendo como foco principal o respaldo histórico e simbólico do patrimônio edificado das referidas cidades no contexto de formação cultural e da identidade daquela região.

PALAVRAS CHAVE:

Narrativa espacial regional; paisagem cultural; patrimônio edificado; cidades históricas portuárias; Recôncavo Baiano

INTRODUÇÃO

O direcionamento principal da pesquisa que resultou no presente artigo compreende a morfologia urbana da paisagem culturalⁱ dos centros históricos de seis cidades portuárias do Recôncavo Baiano (Jaguaripe, Cachoeira, São Francisco do



Conde, Maragogipe, Santo Amaro, Nazaré e São Felix) delimitado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPACⁱⁱ, no final da década de 1970. O foco é o patrimônio edificado ao longo do processo histórico de produção e organização espacial das mesmas, tendo como recorte temporal o século XIX.

Para a publicação deste texto neste simpósio, optamos por utilizar os procedimentos relacionados à pesquisa bibliográfica e documental, já que não seria possível, devido a uma questão de espaço, o uso da iconografia e nem de fotografias resultantes do trabalho de campo. Esses dois últimos foram utilizados na tese, da qual este trabalho é oriundo.

O texto está dividido em dois tópicos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro trata dos conceitos principais que nortearam a pesquisa: paisagem e patrimônio. Tratamos tais conceitos como estruturantes, os quais subsidiam o que chamamos de conceitos mediadores a eles inerentes, tais como paisagem cultural e patrimônio cultural (material/edificado). Essa relação entre conceitos estruturantes e mediadores foi fundamental para o entendimento do que denominamos de produção simultânea dos territórios, a partir da qual é possível obter uma narrativa espacial regional similar. O segundo tópico trata das cidades no contexto histórico da formação da rede urbana regional. No terceiro tópico fazemos uma descrição, análise e interpretação do inventário do IPACⁱⁱⁱ, acima referido, com base nas plantas dos centros históricos das cidades em tela. Nas considerações finais tecemos alguns comentários e recomendações que julgamos mais relevantes.

1. PAISAGEM, PATRIMÔNIO E IDENTIDADE



Partimos do pressuposto, segundo o qual, o conjunto de eventos socioeconômicos, culturais e políticos produzidos ao longo da história resultou em paisagens semelhantes nos territórios das referidas cidades, especialmente nos centros históricos de cada uma delas, onde o patrimônio edificado é a expressão cultural mais visível, reflexo do conteúdo socioespacial que a constituiu em épocas pretéritas. Portanto, a leitura e interpretação dessas paisagens urbanas, constituídas da materialidade produzida naqueles territórios, podem nos revelar uma ou mais narrativas espaciais e comuns às mesmas. Ou seja, uma narrativa espacial regional, detectada na produção simultânea dos espaços territoriais, através da concomitância temporal e da similaridade de sua paisagem cultural na produção do seu espaço urbano. Tudo fortalecendo o sentido de identidade regional daquela rede urbana.

Segundo Oseki; Pellegrino (2004), as paisagens são representações inventadas no século IV, na China. Posteriormente, a palavra e a noção correspondente surgiram na Europa, no Renascimento, incorporando-se, nas línguas latinas o sufixo *agem* (ação sobre) à palavra país, que significava cantão, região ou província. Nesta perspectiva, podemos inferir que paisagem é processo, podendo estar em contínua transformação na forma ou no conteúdo. Exemplo disso são as antigas cidades que se reinventam no seu processo de evolução histórica, tornando suas paisagens patrimônio e os reutilizando para funções diferenciadas das que lhes deram origem. Portanto, paisagem é forma, conteúdo, e estrutura também... É ação contínua e descontínua ao longo do processo de produção e organização espacial dos lugares e regiões, configuradas ao longo da história e de acordo com a cultura autóctone e das influências alienígenas nela exercida.

Aqui chamamos a atenção para o entrecruzamento entre duas dimensões escalares de observação e investigação que muito nos interessa nos conceitos de paisagem e patrimônio, especialmente no que tange ao processo de planejamento urbano e da preservação do patrimônio edificado. A primeira delas diz respeito a uma escala mais abrangente (regional), panorâmica, do conjunto da paisagem urbana e cultural das cidades, no sentido dos conjuntos urbanísticos. A segunda, diz respeito ao conteúdo



desta paisagem numa escala menos abrangente (local), mas não menos importante, que é o patrimônio na forma de seus monumentos, mesmo de forma isolada.

A derivação do conceito de paisagem tal como “paisagem cultural”, por exemplo, se complementa na análise da cidade na perspectiva do seu patrimônio cultural/edificado.

O entendimento de “paisagem cultural” é concebido como um dos conceitos mediadores da nossa análise, oriundo de um conceito mais abrangente: o conceito de paisagem. Este último, por sua vez, funciona como um conceito estruturante e uma categoria dominante e articuladora entre a descrição e a análise do objeto de pesquisa. Portanto, os conceitos aqui citados também funcionam como categorias de análise.

O uso da categoria “paisagem” funciona como articuladora da relação teórico/empírica, por considerarmos que é na paisagem onde se encontram os resultados dos processos da relação entre sociedade e espaço no âmbito do objeto da pesquisa, concebido enquanto forma-objeto, a qual revela conteúdos sociais pretéritos.

Estamos considerando que a paisagem é a matriz de uma narrativa espacial que é interativa sob o ponto de vista local e regional. No caso do nosso objeto de pesquisa, as escalas locais e regionais alinham-se numa dimensão de análise da totalidade desde a formação do fato urbano até a consolidação da rede urbana regional. Tanto no que tange as suas peculiaridades, similaridades de formas e conteúdos, como na concomitância temporal e complementaridade nas suas funções.

Concordamos Almeida (2013), que considera que a paisagem cultural pode contemplar símbolos, significados e tornar-se patrimônio, chegando até a institucionalizar-se. Para essa autora, analisando o sentido da paisagem na Constituição Brasileira de 1988, que trata do patrimônio cultural brasileiro no seu artigo 216, e, no inciso V, são definidos “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico”, asseverando que:



5

[...] a paisagem é percebida como um dos elementos centrais na cultura; um conjunto ordenado de objetos passível de ser interpretado, repetimos, como um texto e que atua como uma criadora de signos pelos quais um sistema social é transmitido, reproduzido, vivenciado e explorado (ALMEIDA, 2013, p. 189).

Para nós está evidente na assertiva acima que os conceitos de cultura, paisagem e patrimônio estão intimamente imbricados e quase que se fundem, quando da perspectiva de uma análise em Geografia Histórica, da paisagem urbana, com foco na materialidade construída no território.

Ainda para a mesma autora acima citada,

O patrimônio e o território têm, assim, o duplo papel de mediadores interpessoais e de cimentos identitários na sociedade. Os elementos materiais como construções, vegetação, propriedades, por exemplo, e os bens imateriais como imagens, cultura, símbolos, etc. são valores patrimoniais (ALMEIDA, 2013, p. 190).

Para Almeida (2013, p. 188), “[...] o fato de a paisagem cultural ser uma maneira de demonstrar a identidade territorial evidencia outro viés de como ‘ler’ a paisagem”. Neste sentido entendemos que a leitura do “território usado” pode ser feita pela mediação da imagem concreta nele instalada.

O conceito de paisagem cultural tem sido uma ferramenta importante nos processos de tombamento, haja vista o Rio de Janeiro em 2012^{iv}. Já o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), mesmo ao inventariar patrimônios imateriais, vai selecionar seus territórios, ou seja, é no espaço que se materializa a ideia do tombamento. E a geografia, que lida com esses conceitos espaciais, não pode ficar fora do processo (PAES, 2010).

Percebe-se na assertiva acima que o conceito de paisagem remete ao estudo do território na perspectiva das políticas de preservação, que por sua vez se incluem nas políticas de planejamento urbano e regional. Ou seja, espaço, território, patrimônio, identidade, paisagem e cultura se complementam no processo de análise.



Quanto ao conceito de patrimônio cultural, são muitas as categorias e desdobramentos conceituais oriundos do mesmo, especialmente na análise sob a perspectiva da Geografia Histórica Urbana. Dentre estes podemos citar: patrimônio histórico, patrimônio artístico e arquitetônico, patrimônio urbano, patrimônio ambiental, patrimônio material e imaterial, patrimônio arqueológico, patrimônio vernacular, patrimônio edificado etc.. Nesse sentido concordamos com Scarlato; Costa (2013), quando insistem na necessidade de deixar claro quais os princípios teóricos deverão estar associados ao termo “patrimônio”, numa pesquisa com viés geográfico.

Para nós, “patrimônio”, não pode estar dissociado de cultura e paisagem, por exemplo, quando da análise da materialidade histórica do urbano e da cidade em conexão direta na formação dos territórios regionais. Por isso, concordamos que essa discussão em Geografia “[...] parece estar alinhavada à ideia de herança espacial, quando o conjunto de bens materiais ou imateriais sintetiza um legado na dialética do processo histórico que se expressa nas paisagens e no próprio território [...]” (SCARLATO; COSTA, 2013, p. 371).

A análise do patrimônio edificado das cidades históricas portuárias no Recôncavo Baiano nos remete à noção de cidade como um produto cultural. No nosso caso, cidades que expressam uma linguagem material similar numa determinada época. Portanto, direcionamos nossa análise do patrimônio no seu desdobramento material, edificado, sem perder de vista que a mesma está inserida numa concepção mais abrangente de patrimônio urbano que está em ininterrupto processo de materialização e resignificação.

2. REDE URBANA E IDENTIDADE REGIONAL

As histórias das sete cidades portuárias do Recôncavo Baiano se confundem com a própria história daquela região, e do Brasil. Elas pertenceram a primeira e segunda geração no processo de formação de uma civilização urbana luso-brasileira, geralmente



7

associada a um espaço geográfico, produzido e organizado sob a influência dos aspectos econômicos, sociais e culturais e de suas respectivas atividades acessórias. Assim como sofreram influências de uma cultura material e até mesmo no sentido de assimilação de outra civilização, no sentido técnico, especialmente na estrutura e na forma urbana.

Andrade (2013, p. 242) após estudo que analisou farta documentação cartográfica do século XVIII, além de documentação eclesiástica da mesma época, concluiu que naquele século se formou uma incipiente rede urbana regional, com centralidade em Cachoeira e articulações com as outras formações urbanas do Recôncavo Baiano. E que a referida rede “[...] ligava as vilas do Recôncavo da Baía de Todos os Santos e a cidade do Salvador a partir de uma malha fluviomarítima e terrestre (caminhos internos)”. O referido autor também assinala que nessa rede destacavam-se “[...] as formações urbanas que se localizavam nos pontos finais da navegação fluvial dos mais caudalosos rios da região, dentre elas a vila de Cachoeira no último trecho navegável do rio Paraguaçu” (ANDRADE, 2013, p. 242). Esta última mantém até os nossos dias, um importante papel no cenário regional, devido às suas manifestações culturais de matriz africana, assim como pelo seu imponente conjunto arquitetônico e urbanístico do século XIX ainda preservado.

No mapa abaixo, figura 1, podemos ter uma ideia do início da formação da rede de cidades do Recôncavo Baiano, a partir dos fluxos e dos itinerários mais dinâmicos na região.

Figura 1- Caminhos hierárquicos da Rede urbana do Recôncavo Baiano ao final do século XVIII

V Simpósio cidades médias e pequenas da Bahia

8



Fonte: (ANDRADE, 2013, p. 249)

As outras formações urbanas supramencionadas eram as vilas portuárias de Jaguaripe, São Francisco do Conde, Maragogipe e Santo Amaro. Mais tarde, no século XIX, mais duas vilas se destacaram naquele mesmo cenário regional. As vilas de Nazaré e São Felix.

O estudo supracitado nos revela a articulação que essas vilas mantinham desde o final dos setecentos. Esse processo continuou de forma cada vez mais fluida, através das infraestruturas implantadas no território em períodos posteriores, resultando numa conexão cada vez mais veloz e intensa, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Como já relatado anteriormente, a referida vila de Cachoeira foi importante como liderança política durante as lutas da Independência, se tornando Sede da Junta Governativa e, posteriormente, Governo Provisório (BAHIA, 1982).



Dentre outros argumentos utilizados por Andrade (2013, p. 84) para justificar a assertiva acima e que vem ao encontro da nossa perspectiva de pesquisa, destacamos a referência sobre a concentração dos maiores conjuntos edificados regionais naquelas vilas e cidades, especialmente os “edifícios religiosos, civis e públicos que demarcavam uma suntuosidade só encontrada, em conjunto, no urbano”. Ou seja, a imagem é de opulência, densidade e monumentalidade na tessitura urbana das cidades em tela, fato que sugere uma identidade cultural nas suas paisagens urbanas.

Tendo em vista o exposto, buscamos numa perspectiva panorâmica, analisar através da análise das plantas dos centros históricos delimitados pelo inventário do IPAC (BAHIA, 1982) encontrar a concomitância temporal e similaridade das construções e estilos arquitetônicos construídos no período. Adiante faremos uma breve descrição de cada uma dessas cidades, com base em pesquisa bibliográfica, principalmente, no inventário^v anteriormente citado.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CIDADES E PRODUÇÃO DO PATRIMÔNIO

Neste tópico buscamos numa perspectiva panorâmica e multiescalar (regional e local), contextualizar historicamente a produção da rede e a relação entre as cidades estudadas. Buscamos também analisar, através da quantidade de prédios registrados nas plantas dos centros históricos delimitados pelo inventário do IPAC, encontrar a concomitância temporal e similaridade de formas e estilos arquitetônicos entre eles no período estudado. É o que veremos a seguir.

Iniciaremos pela cidade de Jaguaripe que, junto com Cachoeira e São Francisco do Conde, foram emancipadas à condição de vila ainda no final do século XVII.

O IPAC descreve a planta^{vi} do centro histórico de Jaguaripe, onde o seu acervo arquitetônico era constituído por 112 imóveis, dos quais apenas cinco foram



considerados como de “relevante interesse arquitetônico”, originários do século XVII e XVIII. Em sua quase totalidade era constituído por casas térreas (BAHIA, 1982).

A descrição acima demonstra que Jaguaripe, apesar de sede de um dos maiores municípios do estado na atualidade, não acompanhou o desenvolvimento das demais cidades. Isso se deve à sua localização geográfica e às mudanças estruturais relacionadas à evolução dos meios de transporte, beneficiando outras localidades como Nazaré, situada em local estratégico, no último trecho navegável do rio Jaguaripe, em conexão com a malha ferroviária da época, a partir da segunda metade do século XIX.

Diferentemente da cidade de Jaguaripe, Cachoeira, também elevada à condição de vila no final da última década do século XVII, prosperou e desenvolveu-se à margem esquerda do rio Paraguaçu, sobre um terraço fluvial entre o cais e a encosta do vale. Seu sítio urbano é mais espaçoso do que o da cidade de São Felix, na margem oposta.

Segundo Spix; Martius (1916, p. 35), no início do século XIX, Cachoeira era “[...] sem dúvida a mais rica, populosa e uma das mais agradáveis vilas de todo o Brasil. Numerosas vendas e armazéns cheios de vários artigos europeus revelam o alto grau de movimentação de seu comércio”. A produção açucareira foi desde os primórdios de sua origem no século XVI, até início do século XIX, a atividade predominante. Originada de um engenho de açúcar, essa vila prosperou e os engenhos se multiplicaram ao longo desse período no município. Entretanto, a atividade comercial também teve papel importante para o desenvolvimento da vila. A sua situação privilegiada entre duas regiões econômicas complementares, o Recôncavo e o Sertão, além de se encontrar no limite navegável do rio Paraguaçu, foram dois fatores preponderantes que a destacou no contexto da região, enquanto Brasil Colônia, Império e República (BAHIA, 1982).

No caso de Cachoeira, apesar dos projetos de salvaguarda do seu patrimônio, executados em nível federal e estadual, muitos dos seus edifícios ainda continuavam em estado precário, especialmente à época do inventário do IPAC, que assim caracterizou a zona delimitada do seu centro histórico: a zona GP- 1 (grau de proteção-1), delimitada na planta tem área de 20,13 ha, onde estão compreendidas 29 ruas, 8 praças e 668



imóveis. Destes, 35 foram inventariados e tiveram suas tipologias caracterizadas segundo as categorias anteriormente mencionadas. Quanto ao estado de conservação dos edifícios 86% estava em condição medíocre; 9%, satisfatória, e 5% ruim (BAHIA, 1982, p. 30).

A descrição do inventário do IPAC, quanto a situação do centro histórico da cidade de São Francisco do Conde e a análise da sua respectiva planta mostra que seu traçado urbano é primitivo, originário do século XVII e que seu casario é constituído por casas térreas de parede-meia, em sua maioria do século XIX e XX (BAHIA, 1982, p. 162).

A presença da Petrobrás na segunda metade do século XX, em São Francisco do Conde, e o reflexo no PIB do município, não se refletiu, de fato, numa maior condição de salvaguarda do seu casario oriundo do século XIX. Constatamos pelo inventário do IPAC e em pesquisa de campo, que a referida cidade é a que menos conservou bens erigidos no recorte temporal da pesquisa e na atualidade.

Quanto à descrição da planta do centro histórico de Maragogipe, inventário informa que “[...] A Matriz de São Bartolomeu, situada no topo da colina, emerge como grande destaque do casario do centro histórico, constituído de sobrados e casas originárias do século XIX. Destacam-se, ainda, a Casa de Câmara e Cadeia e alguns sobrados, [...]” (BAHIA, 1982, p. 188).

É possível perceber na descrição acima que a maioria dos imóveis foi erigida no século XIX, exceto aqueles de arquitetura institucional e eclesiástica, tais como a igreja matriz e a Casa de Câmara e Cadeia.

A planta do centro histórico da cidade de Santo Amaro nos dá uma dimensão da extensão daquela área, demonstrando uma grande dinâmica no século XIX, devido ao grande número de sobrados e casarões históricos registrados na mesma. Na descrição da referida planta, no inventário do IPAC, “[...] Seu conjunto arquitetônico é formado por casas e sobrados de meados e final do século XIX. [...] Os edifícios relevantes, em



número de 12, são do meado do século XVIII e início do seguinte [...]” (BAHIA, 1982, p. 96).

Mais uma vez percebemos referências em relação às construções do século XIX, numa clara alusão à intensa dinâmica de produção do espaço urbano e de seu conjunto urbanístico naquela centúria.

A cidade de Nazaré se enquadra no rol das cidades históricas do Recôncavo que exerciam uma centralidade importante no contexto inter e intrarregional do território baiano. Uma localidade em que a densidade dos fluxos de mercadorias e pessoas, por meio de transporte hidroviário e ferroviário produziu um patrimônio edificado que, ao longo do tempo, marca sua paisagem urbana até os nossos dias.

Segundo o inventário do IPAC (1982) relativo à referida cidade, o documento denominou de GP-1, uma área delimitada de 2,4 ha; estavam aí compreendidas sete ruas e duas praças. Ainda segundo levantamento realizado na pesquisa anteriormente citada, seu acervo arquitetônico era fundamentalmente do século XIX. Dos 92 imóveis que a compunham, 18% estavam em estado de conservação satisfatório; 64%, em estado medíocre 18%, ruim. Dentre os monumentos considerados mais relevantes estavam a Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, o Paço Municipal, além de alguns sobrados inventariados à época (BAHIA, 1982, p. 242).

Sobre a caracterização da planta de São Felix, o inventário do IPAC informa que “[...] Dentro desta zona estão compreendidas uma praça, onze ruas e parte da ribeira direita do Paraguaçu. Os 101 imóveis ali situados são na sua quase totalidade do século XIX [...]” (BAHIA, 1982, p. 330).

São Felix se desenvolveu em função do porto de Cachoeira. Devido à natureza de suas terras, mais aptas ao plantio do fumo e às culturas de subsistência, especialmente a mandioca, se integrou ao chamado “Recôncavo de Subsistência” (BAHIA, 1982, p. 329). Além disso, sua função de entreposto comercial foi muito importante como terminal tropeiro. Entretanto, no que se refere à produção do



patrimônio edificado, é bem mais modesta do que Cachoeira, porém maior do que Jaguaripe. Contudo a ereção da maioria dos prédios se deu também no século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que todas as sete cidades pesquisadas apresentam similaridades de forma e concomitância temporal na produção de sua tessitura urbana, com a grande maioria de seus edifícios erigidos no século XIX. Tal fato nos leva a crer numa dinâmica socioespacial e socioeconômica bastante intensa ao longo desta centúria, que revela por sua vez, velocidade também intensa na difusão e propagação de ideias, técnicas e modelos construtivos, nas suas paisagens urbanas. Tal fato reforça o sentido do que estamos denominando de produção simultânea dos territórios e de uma narrativa espacial regional comum a todas elas. O que reforça o sentido de rede urbana e de uma identidade regional bastante simbólica.

Salientamos que a questão da relação entre a dinâmica econômica e a noção de progresso no processo de preservação da memória urbana está atrelada a uma maior ou menor conservação do patrimônio edificado. Neste sentido, determinados períodos de estagnação econômica seria, para além da decadência do cenário urbano, uma forma de sua preservação, ao retirar determinada cidade do centro da vida econômica, do progresso, então atrelado à noção de transformação. Mas, por outro lado, a maior intensidade da dinâmica econômica, pode ser avassaladora no que diz respeito à conservação dos conjuntos arquitetônicos e dos monumentos isolados.

Todas as cidades pesquisadas passaram por diferentes períodos de dinamismo e estagnação econômica de determinados setores de sua economia, que impactaram de maneira positiva e negativa, o seus conjuntos urbanísticos e arquitetônicos.

São Francisco do Conde e Jaguaripe são exemplos emblemáticos da questão acima mencionada. A primeira sofreu transformações aviltantes no seu casario oriundo do século XIX, devido às consequências do dinheiro circulante e do poder de



transformação e reformas urbanas na sua área central, atrelada à falta de uma política de preservação da sua memória urbana. Na segunda, aconteceu o contrário. O ostracismo econômico sofrido por essa localidade, especialmente com o a implantação da estrada de ferro de Nazaré em conexão com o seu porto, a partir da segunda metade daquela centúria, fez com que Jaguaripe entrasse em profundo processo de desaceleração econômica e, conseqüentemente, a produção do seu tecido urbano foi mais lento e menos volumoso, restando atualmente poucos exemplares do referido século.

Todavia, faz-se necessário salientar que todas as cidades pesquisadas preservaram prédios de arquitetura eclesiástica e institucional (capelas, igrejas matrizes e Casas de Câmara e Cadeia), dos séculos XVII E XVIII, além de alguns conjuntos arquitetônicos do século XIX, especialmente de arquitetura civil (residencial), que justificam sua importância no contexto regional.

Através da contagem do número de prédios erigidos no século XIX buscamos remeter a ideia, segundo a qual ainda é possível identificar as peculiaridades da paisagem urbana e cultural das cidades pesquisadas, tais como as similaridades de formas; concomitância temporal na ereção dos edifícios que ainda permanecem na paisagem e que justificam novos modelos de intervenções para a preservação da memória urbana da região do Recôncavo Baiano.

Contudo, chamamos a atenção para o péssimo estado de conservação, degradação e arruinamento da maioria dos prédios residenciais na paisagem urbana das cidades em tela, exceto Cachoeira. Constatamos que desde a década de 1970, o inventário do IPAC, já sinalizava para este fato, quando da caracterização dos imóveis registrados nas plantas dos centros históricos e daqueles que foram inventariados e caracterizados em suas tipologias arquitetônicas, como pôde ser visto nas descrições anteriores.

Diante do exposto, consideramos que as cidades históricas portuárias do Recôncavo Baiano foram negligenciadas do imaginário nacional, no que diz respeito à sua importância no contexto histórico de formação urbana do país. Elas tiveram



importância fundamental, como apoio logístico e estratégico nas batalhas para a independência da província e, conseqüentemente, para a consolidação da independência do Brasil, na Bahia, mas não lograram o devido lugar na historiografia do país.

Acreditamos que ainda é possível reverter esse quadro atual de degradação da paisagem urbana das cidades em tela, desde que haja uma intervenção urgente por parte do poder público, no sentido da preservação da região e das cidades em tela.

Sugerimos um movimento de salvaguarda num modelo integrado entre municípios, estado e União, numa visão de intervenção territorial em escala regional da paisagem cultural da região. Uma forma de consórcio entre os poderes executivos municipais, para que juntos possam ter mais força política e visibilidade perante possíveis ações por parte das demais instâncias de poder no nível estadual e federal, através do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Finalmente, indicamos uma intervenção junto à UNESCO, no sentido de dar ao Recôncavo Baiano e ao seu conjunto de cidades históricas portuárias, o título de Patrimônio Mundial para a Paisagem Cultural da Humanidade, tendo em vista que a referida região contempla todos os critérios necessários para obter esta titulação, especialmente, por ser de alta relevância cultural e referência histórico/geográfica importantíssima para a Bahia e para o Brasil.

Notas

ⁱ O conceito de paisagem cultural foi adotado pela UNESCO em 1992 e incorporado como uma nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais, conforme a Convenção de 1972 que instituiu a Lista do Patrimônio Mundial. Até o momento, os sítios reconhecidos mundialmente como paisagem cultural relacionam-se a áreas rurais, a sistemas agrícolas tradicionais, a jardins históricos e a outros locais de cunho simbólico, religioso e afetivo. O reconhecimento do Rio de Janeiro culminará em uma nova visão e abordagem sobre os bens culturais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>

ⁱⁱ A pesquisa de doutoramento da qual este artigo é oriundo, teve como fonte principal o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, também conhecido como IPAC/SIC. Lançado o primeiro volume em 1975, o Inventário passou a ser um instrumento técnico-administrativo de referência para a



valorização e preservação do patrimônio cultural baiano, destinado a facilitar a tarefa de preservação no Estado. Sete volumes compõem o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, dentre eles os volumes impressos do Inventário de proteção do acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo (I parte. 2ª ed, v.2, de 1982; II parte. 1ª ed. v. 3), também de 1982, utilizados como referência teórica e empírica em todo o processo da nossa pesquisa.

iii Para este artigo referenciamos apenas os dados cronológicos, mas o inventário do IPAC traz informações precisas sobre a localização dos monumentos e sítios urbanos; análise das fotografias; denominação; localização; situação e ambiência; época de construção, descrição arquitetônica; utilização; dados tipológicos; dados cronológicos; histórico arquitetônico e dados jurídicos no período das pesquisas realizadas pela equipe na época (IPAC, BAHIA, 1982).

iv O IPHAN trabalhou na candidatura do Rio de Janeiro como Paisagem Cultural, em parceria com o Governo do Estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro, a Fundação Roberto Marinho e a Associação de Empreendedores Amigos da UNESCO. Em setembro de 2009, o IPHAN entregou à UNESCO o dossiê completo da candidatura, justificando seu valor universal pela interação da sua beleza natural com a intervenção humana.

v Devido à questão de espaço para publicação deste artigo, optamos por não transcrever as plantas do inventário, apenas as nossas observações a partir das mesmas.

vi Segundo o inventário do IPAC, a sigla GP indica Grau de Proteção: como somatório de todos os valores artísticos, históricos e ambientais de cada unidade imobiliária considerada. A rigor um só monumento poderá compreender distintos Graus de Proteção, a depender da possível existência de partes de diferentes valores. Por exemplo, partes contrastantes classificáveis como GP-4 coexistem com partes GP-1 ou GP-2. O G4, proteção de referência, aplica-se apenas a enxertos espúrios que deverão ser eliminados. GP1 significa a Proteção Direta: monumentos que devem ser conservados integralmente; GP2 – Proteção direta: monumentos que sofreram sucessivas transformações, muitas vezes impróprias, e só algumas partes justificam a proteção, enquanto o resto do edifício pode ser modificado, sob o controle da autoridade competente (BAHIA, 1982a; 1982b).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALMEIDA, Maria Geralda de. Paisagens culturais e patrimônio cultural: Contribuições introdutórias para reflexões. In: **Maneiras de ler: geografia e cultura** [recurso eletrônico] / HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z. (Orgs). Porto Alegre: Imprensa Livre - Compasso Lugar Cultura, 2013. 364 Kb ; PDF. p. 186-194.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O outro lado da baía: a gênese de uma rede urbana colonial**. Salvador: Edufba, 2013.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. **IPAC-BA – inventário de proteção do acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo**, I parte. 2ª edição. v. 2. Salvador, BA. 1982a.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. **IPAC-BA – inventário de proteção do acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo**, II parte. 1ª edição. v. 3 Salvador, BA. 1982b.

PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

SCARLATO, Francisco Capuano; COSTA, Everaldo Batista da. Geografia e patrimônio urbano: questão metodológica. In: **Espaço e Geografia**. v.16. n.2. Brasília: Ed. UnB, 2013.

OSEKI, Jorge Hagime; PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Paisagem, sociedade e ambiente. In: PHILIPPI JUNIOR, A. et. al. (Orgs). **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004.

SILVA, Luís Cláudio Requião da. **Paisagem cultural do Recôncavo Baiano: Uma narrativa espacial regional a partir da análise do patrimônio urbano**. Tese de Doutorado - Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Brasília, 2015.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Através da Bahia**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

UNESCO aprova título de Patrimônio Mundial para a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro. **Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16727&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em 04 mar. 2015.

